



Colégio

00001

Sala

0001

Ordem

0001

Julho/2022



Concurso Público para o Provimento de Cargos de
Analista Judiciário
Área Administrativa
Especialidade: Contabilidade

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O segredo da felicidade é encontrar a nossa alegria na alegria dos outros.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Atenção: Para responder às questões de números 01 a 10, considere um trecho do romance *Quincas Borba*, de Machado de Assis.

Rubião fitava a enseada, – eram oito horas da manhã. Quem o visse, com os polegares metidos no cordão do chambre, à janela de uma grande casa de Botafogo, cuidaria que ele admirava aquele pedaço de água quieta; mas, em verdade, vos digo que pensava em outra coisa. Cotejava o passado com o presente. Que era, há um ano? Professor. Que é agora? Capitalista. Olha para si, para as chinelas (umas chinelas de Túnis, que lhe deu recente amigo, Cristiano Palha), para a casa, para o jardim, para a enseada, para os morros e para o céu; e tudo, desde as chinelas até o céu, tudo entra na mesma sensação de propriedade.

– Vejam como Deus escreve direito por linhas tortas, pensa ele. Se mana Piedade tem casado com Quincas Borba, apenas me daria uma esperança colateral. Não casou; ambos morreram, e aqui está tudo comigo; de modo que o que parecia uma desgraça...

Que abismo que há entre o espírito e o coração! O espírito do ex-professor, vexado daquele pensamento, arrepiou caminho, buscou outro assunto, uma canoa que ia passando; o coração, porém, deixou-se estar a bater de alegria. Que lhe importa a canoa nem o canoeiro, que os olhos de Rubião acompanham, arregalados? Ele, coração, vai dizendo que, uma vez que a mana Piedade tinha de morrer, foi bom que não casasse; podia vir um filho ou uma filha... – Bonita canoa! – Antes assim! – Como obedece bem aos remos do homem! – O certo é que eles estão no Céu!

Um criado trouxe o café. Rubião pegou na xícara e, enquanto lhe deitava açúcar, ia disfarçadamente mirando a bandeja, que era de prata lavrada. Prata, ouro, eram os metais que amava de coração; não gostava de bronze, mas o amigo Palha disse-lhe que era matéria de preço, e assim se explica este par de figuras que aqui está na sala, um Mefistófeles e um Fausto. Tivesse, porém, de escolher, escolheria a bandeja, – primor de argenteria, execução fina e acabada.

(Machado de Assis. **Quincas Borba**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012)

1. A reflexão de Rubião no 2º parágrafo permite caracterizá-lo como

- (A) calculista.
- (B) altruísta.
- (C) melancólico.
- (D) indolente.
- (E) nostálgico.

2. Depreende-se do 3º parágrafo que

- (A) o “coração” de Rubião busca ocultar o sentimento de alegria pela morte da irmã e do amigo Quincas Borba.
- (B) o “espírito” (ou seja, a razão) de Rubião busca consolar seu “coração” pela morte da irmã e do amigo Quincas Borba.
- (C) o “espírito” (ou seja, a razão) de Rubião busca se afastar do sentimento de alegria pela morte da irmã e do amigo Quincas Borba.
- (D) o “coração” de Rubião mostra-se constrangido pelo sentimento de alegria experimentado por seu “espírito” (ou seja, por sua razão).
- (E) o “espírito” (ou seja, a razão) de Rubião mostra-se orgulhoso por cercear o sentimento de alegria experimentado por seu “coração”.

3. Considere os seguintes trechos do texto.

- I. *Quem o visse, com os polegares metidos no cordão do chambre, à janela de uma grande casa de Botafogo, cuidaria que ele admirava aquele pedaço de água quieta; mas, em verdade, vos digo que pensava em outra coisa.* (1º parágrafo)
- II. *Olha para si, para as chinelas (umas chinelas de Túnis, que lhe deu recente amigo, Cristiano Palha), para a casa, para o jardim, para a enseada, para os morros e para o céu; e tudo, desde as chinelas até o céu, tudo entra na mesma sensação de propriedade.* (1º parágrafo)
- III. *– Vejam como Deus escreve direito por linhas tortas, pensa ele. Se mana Piedade tem casado com Quincas Borba, apenas me daria uma esperança colateral.* (2º parágrafo)

O narrador dirige-se explicitamente a seu leitor APENAS em

- (A) II.
- (B) I.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

4. Verifica-se a ocorrência de discurso indireto livre no seguinte trecho:

- (A) *– Vejam como Deus escreve direito por linhas tortas, pensa ele.* (2º parágrafo)
- (B) *Rubião fitava a enseada, – eram oito horas da manhã.* (1º parágrafo)
- (C) *Cotejava o passado com o presente. Que era, há um ano? Professor. Que é agora? Capitalista.* (1º parágrafo)
- (D) *Se mana Piedade tem casado com Quincas Borba, apenas me daria uma esperança colateral.* (2º parágrafo)
- (E) *– Bonita canoa! – Antes assim! – Como obedece bem aos remos do homem! – O certo é que eles estão no Céu!* (3º parágrafo)



5. *O espírito do ex-professor, vexado daquele pensamento, arrepiou caminho, buscou outro assunto* (3º parágrafo)
- Sem que haja prejuízo para o sentido do texto, as expressões sublinhadas podem ser substituídas, respectivamente, por:
- (A) *orgulhoso e discordou da direção*
(B) *constrangido e mudou de rumo*
(C) *desconfiado e tomou uma decisão*
(D) *horrorizado e tomou um susto*
(E) *desanimado e desconfiou da direção*
-
6. Considere os seguintes trechos do texto.
- I. *Quem o visse, com os polegares metidos no cordão do chambre* (1º parágrafo).
II. *tudo, desde as chinelas até o céu, tudo entra na mesma sensação de propriedade* (1º parágrafo).
III. *não gostava de bronze, mas o amigo Palha disse-lhe que era matéria de preço* (4º parágrafo).
- Retoma um termo mencionado anteriormente no texto a palavra sublinhada APENAS em
- (A) II e III.
(B) II.
(C) III.
(D) I e II.
(E) I.
-
7. A antítese é uma figura pela qual se opõem, numa mesma frase, duas palavras ou dois pensamentos de sentido contrário, a exemplo do que se verifica em:
- (A) – *Vejam como Deus escreve direito por linhas tortas, pensa ele.* (2º parágrafo)
(B) *Rubião fitava a enseada, – eram oito horas da manhã.* (1º parágrafo)
(C) *Que lhe importa a canoa nem o canoero, que os olhos de Rubião acompanham, arregalados?* (3º parágrafo)
(D) – *Como obedece bem aos remos do homem!* (3º parágrafo)
(E) *Rubião pegou na xícara e, enquanto lhe deitava açúcar, ia disfarçadamente mirando a bandeja, que era de prata lavrada.* (4º parágrafo)
-
8. *Tivesse, porém, de escolher, escolheria a bandeja* (4º parágrafo)
- Em relação à oração que a sucede, a oração sublinhada expressa ideia de
- (A) comparação.
(B) concessão.
(C) causa.
(D) condição.
(E) consequência.
-
9. *Um criado trouxe o café. Rubião pegou na xícara e, enquanto lhe deitava açúcar, ia disfarçadamente mirando a bandeja, que era de prata lavrada.* (4º parágrafo)
- Os termos sublinhados referem-se, respectivamente, a
- (A) “Rubião” e “prata lavrada”.
(B) “Rubião” e “bandeja”.
(C) “xícara” e “prata lavrada”.
(D) “xícara” e “bandeja”.
(E) “açúcar” e “bandeja”.
-
10. *Quem o visse, [...], cuidaria que ele admirava aquele pedaço de água quieta* (1º parágrafo)
- Os sujeitos dos verbos sublinhados são, respectivamente,
- (A) “Quem” e “Quem o visse”.
(B) “Rubião” e “Quem o visse”.
(C) “Quem” e “Rubião”.
(D) “Rubião” e “eu” (o narrador).
(E) “Quem” e “eu” (o narrador).



Atenção: Para responder às questões de números 11 a 15, considere o texto de Mario Quintana.

Velha história

Era uma vez um homem que estava pescando, Maria. Até que apanhou um peixinho! Mas o peixinho era tão pequenininho e inocente, e tinha um azulado tão indescritível nas escamas, que o homem ficou com pena. E retirou cuidadosamente o anzol e pinçou com iodo a garganta do coitadinho. Depois guardou-o no bolso traseiro das calças, para que o animalzinho sarasse no quente. E desde então ficaram inseparáveis. Aonde o homem ia, o peixinho o acompanhava a trote, que nem um cachorrinho. Pelas calçadas. Pelos elevadores. Pelo café. Como era tocante vê-los no "17"! – o homem, grave, de preto, com uma das mãos segurando a xícara de fumegante moça, com a outra lendo o jornal, com a outra fumando, com a outra cuidando do peixinho, enquanto este, silencioso e levemente melancólico, tomava laranja por um canudinho especial...

Ora, um dia o homem e o peixinho passeavam à margem do rio onde o segundo dos dois fora pescado. E eis que os olhos do primeiro se encheram de lágrimas. E disse o homem ao peixinho:

“Não, não me assiste o direito de te guardar comigo. Por que roubar-te por mais tempo ao carinho do teu pai, da tua mãe, dos teus irmãozinhos, da tua tia solteira? Não, não e não! Volta para o seio da tua família. E viva eu cá na terra sempre triste!...”

Dito isso, verteu copioso pranto e, desviando o rosto, atirou o peixinho n'água. E a água fez redemoinho, que foi depois serenando, serenando até que o peixinho morreu afogado...

(Mario Quintana. **Eu passarinho**. São Paulo: Ática, 2014)

11. Tendo em vista a tipologia textual, “Velha história” constitui um texto, sobretudo,
- (A) informativo.
 - (B) narrativo.
 - (C) dissertativo.
 - (D) injuntivo.
 - (E) expositivo.
-
12. “Não, não me assiste o direito de te guardar comigo. Por que roubar-te por mais tempo ao carinho do teu pai, da tua mãe, dos teus irmãozinhos, da tua tia solteira? Não, não e não! Volta para o seio da tua família. E viva eu cá na terra sempre triste!...” (3º parágrafo)
- Ao se transpor o trecho acima para o discurso indireto, os termos sublinhados assumem as seguintes formas:
- (A) *assistira* e *voltara*.
 - (B) *assistiria* e *voltasse*.
 - (C) *assistia* e *voltava*.
 - (D) *assistiria* e *voltaria*.
 - (E) *assistia* e *voltasse*.
-
13. Aonde o homem ia, o peixinho o acompanhava a trote, que nem um cachorrinho. (1º parágrafo)
- Considerando o contexto, os termos sublinhados constituem, respectivamente,
- (A) um pronome, um artigo, um artigo e uma preposição.
 - (B) uma preposição, um pronome, um pronome e um artigo.
 - (C) um pronome, um pronome, um pronome e um artigo.
 - (D) um artigo, um artigo, um artigo e uma preposição.
 - (E) um artigo, um artigo, um pronome e uma preposição.
-
14. Verifica-se o emprego de vírgula para separar um vocativo em:
- (A) *Era uma vez um homem que estava pescando, Maria.* (1º parágrafo)
 - (B) *Não, não me assiste o direito de te guardar comigo.* (3º parágrafo)
 - (C) *Aonde o homem ia, o peixinho o acompanhava a trote, que nem um cachorrinho.* (1º parágrafo)
 - (D) *Ora, um dia o homem e o peixinho passeavam à margem do rio onde o segundo dos dois fora pescado.* (2º parágrafo)
 - (E) *Dito isso, verteu copioso pranto e, desviando o rosto, atirou o peixinho n'água.* (4º parágrafo)
-
15. Verifica-se o emprego de voz passiva no seguinte trecho:
- (A) *Depois guardou-o no bolso traseiro das calças, para que o animalzinho sarasse no quente.* (1º parágrafo)
 - (B) *Ora, um dia o homem e o peixinho passeavam à margem do rio onde o segundo dos dois fora pescado.* (2º parágrafo)
 - (C) *E eis que os olhos do primeiro se encheram de lágrimas.* (2º parágrafo)
 - (D) *E viva eu cá na terra sempre triste!...* (3º parágrafo)
 - (E) *Por que roubar-te por mais tempo ao carinho do teu pai, da tua mãe, dos teus irmãozinhos, da tua tia solteira?* (3º parágrafo)

**Raciocínio Lógico-Matemático**

16. Os apartamentos de um moderno edifício são numerados com três algarismos da seguinte maneira: o primeiro algarismo indica o andar e os dois seguintes o número do apartamento. Por exemplo, o apartamento numerado com 201 é o apartamento 01 do segundo andar. O edifício tem 6 andares com 15 apartamentos por andar. Os andares são numerados de 1 a 6, e, em cada andar, os apartamentos são numerados de 01 a 15. A quantidade de algarismos 2 necessária para numerar todos os apartamentos da forma descrita acima é:
- (A) 15
(B) 12
(C) 27
(D) 21
(E) 20
-
17. Oito cartões, numerados de 1 a 8, sem repetições, são distribuídos em duas caixas, **A** e **B**, de modo que a soma dos números dos cartões da caixa **A** seja igual à soma dos números dos cartões da caixa **B**. Se na caixa **A** há três cartões, então, certamente,
- (A) o cartão com número 8 está na caixa **A**.
(B) o cartão com número 7 está na caixa **A**.
(C) o cartão com número 3 está na caixa **B**.
(D) os cartões com números 1 e 2 estão na caixa **B**.
(E) o cartão com número 4 está na caixa **B**.
-
18. Sabendo-se que \blacksquare representa um número e que $\blacksquare + 15 = \blacksquare + \blacksquare + (\blacksquare/2)$, o número representado por \blacksquare é
- (A) 10
(B) 14
(C) 8
(D) 12
(E) 6
-
19. Cento e oitenta bombons, sendo noventa e seis de chocolate meio amargo e oitenta e quatro de chocolate ao leite, devem ser colocados em caixas. As caixas devem ter o mesmo número de bombons, e cada caixa deve ter apenas bombons de um mesmo sabor. O menor número de caixas a serem compradas é:
- (A) 10
(B) 9
(C) 12
(D) 18
(E) 15
-
20. Geraldo perguntou aos seus três filhos, Antonio, Bruno e Carlos, quantas cabeças de gado ele possuía. Antonio disse 2022, Bruno disse 2027 e Carlos disse 2010. Geraldo respondeu que eles erraram por 12, 7 e 5 cabeças, não necessariamente nessa ordem. O número de cabeças de gado que Geraldo possui é:
- (A) 2012
(B) 2015
(C) 2017
(D) 2020
(E) 2010

**Legislação**

21. Considere as seguintes definições:

- I. Retorno à atividade de servidor aposentado.
- II. Reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
- III. Retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado.

Nos termos da Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, as definições I, II e III correspondem correta e respectivamente a:

- (A) aproveitamento, reintegração e readaptação.
- (B) reversão, aproveitamento e recondução.
- (C) reversão, reintegração e recondução.
- (D) recondução, aproveitamento e readaptação.
- (E) aproveitamento, recondução e reintegração.

22. Considere os seguintes itens:

- I. Reintegração.
- II Recondução.
- III. Reversão.
- IV. Promoção.
- V. Readaptação.

De acordo com a Lei nº 8.112/1990, a vacância do cargo público ocorre APENAS nos casos indicados em:

- (A) I, II, III e V.
- (B) I, II e III.
- (C) III, IV e V.
- (D) IV e V.
- (E) I, II e IV.

23. Consoante a Lei nº 8.112/1990, no que concerne ao processo disciplinar:

- (A) O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores estáveis ou comissionados designados pela autoridade competente.
- (B) Na fase do inquérito, o presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.
- (C) As reuniões e as audiências da comissão condutora do processo disciplinar terão caráter público.
- (D) O prazo para a conclusão do processo disciplinar, improrrogável, não excederá sessenta dias.
- (E) O julgamento fora do prazo legal implica nulidade do processo.

24. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, a eleição para os cargos de Direção do Tribunal far-se-á mediante escrutínio

- (A) secreto, em sessão ordinária do Tribunal Pleno, tomando posse os eleitos perante seus pares em sessão plenária reunida, extraordinariamente.
- (B) aberto, em sessão extraordinária do Órgão Especial, tomando posse os eleitos perante seus pares em sessão plenária reunida, extraordinariamente.
- (C) secreto, em sessão extraordinária do Tribunal Pleno, tomando posse os eleitos perante seus pares em sessão plenária reunida, extraordinariamente.
- (D) aberto, em sessão ordinária do Tribunal Pleno, tomando posse os eleitos perante seus pares em sessão plenária reunida, ordinariamente.
- (E) secreto, em sessão ordinária do Órgão Especial, tomando posse os eleitos perante seus pares em sessão plenária reunida, ordinariamente.

25. Consoante os termos do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, fixar os horários de funcionamento dos serviços e das unidades judiciárias da região e eleger os magistrados que integrarão as Comissões Temporárias compete, respectivamente,

- (A) ao Órgão Especial e às Seções Especializadas.
- (B) ao Tribunal Pleno e às Seções Especializadas.
- (C) ao Tribunal Pleno e ao Órgão Especial.
- (D) ao Tribunal Pleno e ao Tribunal Pleno.
- (E) ao Órgão Especial e ao Órgão Especial.



26. Conforme dispõe o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, no que concerne às Turmas, é correto afirmar que
- (A) de suas decisões não há previsão legal para recurso ao Órgão Especial.
 - (B) não têm competência para o julgamento de recursos.
 - (C) compõem-se de até quatro julgadores, dos quais apenas três participarão do julgamento.
 - (D) o Presidente da Turma profere voto apenas para desempate.
 - (E) o Presidente da Turma afastado temporariamente é substituído por um Presidente de outra Turma, com acúmulo de funções.
-
27. Segundo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, o dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural, é denominado dado pessoal
- (A) social.
 - (B) sensível.
 - (C) intangível.
 - (D) não qualificável.
 - (E) não classificável.
-
28. Nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, no que concerne ao tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes,
- (A) o consentimento pode ser genérico ou específico.
 - (B) o consentimento deve ser dado por ambos os pais ou responsável legal.
 - (C) os dados podem ser coletados sem o consentimento, se para contatar os pais ou responsável legal, podendo ser utilizados a essa finalidade.
 - (D) os dados podem ser coletados sem consentimento, desde que para contatar os pais ou responsável legal, não podendo ficar armazenados.
 - (E) os dados podem ser coletados, se para sua proteção, e podem ser repassados a terceiros, ambos sem consentimento.
-
29. Conforme estabelece a Lei nº 8.429/1992, a pena de *perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até catorze anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a catorze anos* pode ser aplicada no ato que
- (A) permite ou facilita a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
 - (B) ordena ou permite a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
 - (C) deixa de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades.
 - (D) descumpre as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.
 - (E) percebe vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.
-
30. Nos termos da Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), no que concerne à participação consorciada nos certames licitatórios,
- (A) para consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei, não haverá acréscimo sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira.
 - (B) cada empresa consorciada deve comprovar, isoladamente, os requisitos habilitatórios exigidos no edital.
 - (C) é vedada a participação de empresas em consórcio na licitação.
 - (D) o edital de licitação não poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas em consórcio.
 - (E) a substituição de consorciado independe de ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Contabilidade Aplicada ao Setor Público**

Atenção: Para responder às questões de números 31 a 33, considere as seguintes transações de uma entidade pública ocorridas no mês de fevereiro de 2022:

- Recebimento de Transferências Correntes intragovernamentais no valor de R\$ 1.600.000,00, referentes ao mês de fevereiro de 2022.
- Lançamento e arrecadação do valor principal de receitas de Taxas no valor de R\$ 650.000,00.
- Lançamento do valor principal de receitas de Contribuições de Melhoria no valor de R\$ 110.000,00. O valor lançado foi arrecadado em março de 2022.
- Arrecadação do valor principal de receitas de Serviços e Atividades Financeiras no valor de R\$ 19.500,00. Tais receitas são referentes ao mês de janeiro de 2022.
- Arrecadação de receitas de Alienação de Bens Móveis no valor de R\$ 87.200,00. Os bens móveis foram vendidos em fevereiro de 2022 por valor acima do valor contábil, com registro de ganho com a alienação de R\$ 8.250,00.
- Empenho, liquidação e pagamento de despesa corrente com Pessoal e Encargos Sociais, referentes ao mês de fevereiro de 2022, no valor de R\$ 790.000,00.
- Empenho de despesa corrente referente a Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física, contratados para a manutenção predial da entidade, no valor de R\$ 31.600,00. O serviço foi prestado e a despesa foi liquidada e paga, pelo valor total do empenho, em abril de 2022.
- Pagamento de despesa corrente referente a Serviços de Consultoria no valor de R\$ 43.000,00. O serviço foi prestado e a despesa foi liquidada em janeiro de 2022.
- Pagamento de restos a pagar processados inscritos em 31/12/2021, referentes a despesas correntes com Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica, no valor de R\$ 74.000,00.
- Devolução de depósito caução no valor de R\$ 52.000,00.
- Reconhecimento de ajustes de perdas de estoques no valor de R\$ 11.600,00.
- Reconhecimento da depreciação mensal dos bens imóveis no valor de R\$ 69.000,00.

31. Com base nessas transações tomadas em conjunto, o resultado patrimonial da entidade pública referente ao exercício financeiro de 2022 foi impactado, pelas transações ocorridas no mês de fevereiro desse ano,

- (A) positivamente pelo valor de R\$ 1.397.700,00
- (B) negativamente pelo valor de R\$ 102.350,00
- (C) positivamente pelo valor de R\$ 1.445.650,00
- (D) positivamente pelo valor de R\$ 1.486.100,00
- (E) positivamente pelo valor de R\$ 1.497.650,00

32. Com base nessas transações tomadas em conjunto e de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o resultado de execução orçamentária da entidade pública referente ao exercício financeiro de 2022 foi impactado positivamente, em fevereiro de 2022, pelo valor de, em reais,

- (A) 1.449.700,00
- (B) 1.397.700,00
- (C) 1.456.150,00
- (D) 1.523.700,00
- (E) 1.535.100,00

33. Com base nessas transações tomadas em conjunto, o resultado financeiro da entidade pública referente ao ano de 2022 foi impactado positivamente, em fevereiro de 2022, pelo valor de, em reais,

- (A) 1.366.100,00
- (B) 1.285.500,00
- (C) 1.397.700,00
- (D) 1.523.700,00
- (E) 1.449.700,00

34. No Balanço Patrimonial de 31/12/2021 de uma entidade pública, o Passivo Permanente compreende o valor de

- (A) depósito em Caução que será devolvido em 2023.
- (B) Operação de Crédito contratada, cujo valor será empenhado, liquidado e pago em 2023.
- (C) Operação de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária.
- (D) Salários a Pagar cujo empenho e liquidação ocorreram em 29/12/2021.
- (E) Despesas de Capital empenhadas com Investimentos.



35. No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, a conta contábil
- (A) "Ajustes de Exercícios Anteriores" pertence à natureza da informação de resultado.
 (B) "Atos Potenciais Passivos" pertence ao grupo denominado Passivo Circulante.
 (C) "Receita Realizada" pertence à natureza da informação patrimonial.
 (D) "Empréstimos e Financiamentos Concedidos" pertence à classe denominada Ativo.
 (E) "Crédito Disponível" pertence ao grupo denominado Ativo.
-
36. Uma entidade pública classificou como Ativo Contingente a provável entrada de recursos em decorrência do valor pago indevidamente a ex-servidores cujos procedimentos administrativos para a reposição ao erário estavam suspensos. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o referido Ativo Contingente deve ser registrado por meio de contas contábeis do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público pertencentes à(s) classe(s)
- (A) 7 e 8, apenas.
 (B) 7, apenas.
 (C) 1, 4, 7 e 8.
 (D) 1 e 4, apenas.
 (E) 1, apenas.
-
37. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o valor referente às transferências correntes recebidas dentro do âmbito de um mesmo ente da Federação é evidenciado nos quadros da Demonstração dos Fluxos de Caixas como transferências
- (A) intragovernamentais e integra os Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais.
 (B) intragovernamentais e integra os Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento.
 (C) intragovernamentais e integra os Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento.
 (D) intergovernamentais e integra os Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais.
 (E) intergovernamentais e integra os Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento.

Orçamento Público

38. O quadro a seguir apresenta informações que representam parte da execução orçamentária de despesas, referente ao exercício financeiro de 2021, de um Tribunal Regional do Trabalho. Os valores estão expressos em reais.

Descrição da despesa	Despesa		
	Empenhada	Liquidada	Paga
Aquisição de um prédio para utilização por um Fórum	1.500.000,00	1.500.000,00	1.000.000,00
Auxílio-doença destinado aos servidores	250.800,00	245.000,00	241.000,00
Instalação de elevadores incorporados ao imóvel de um Fórum	122.000,00	80.000,00	55.000,00
Aquisição de livros para distribuição gratuita	17.500,00	13.250,00	12.500,00

Com base nessas informações tomadas em conjunto, o valor inscrito em restos a pagar processados, em 31/12/2021, em decorrência da execução orçamentária das Despesas Correntes foi, em reais,

- (A) 10.050,00
 (B) 4.750,00
 (C) 14.800,00
 (D) 529.750,00
 (E) 29.750,00
-
39. O quadro a seguir apresenta parte da classificação institucional de um ente público.
- | Órgão orçamentário | Unidade orçamentária |
|------------------------------------|---|
| 04.000 – Secretaria de Segurança | 04.035 – Departamento de Segurança Infantil |
| | 04.044 – Departamento de Segurança do Idoso |
| 07.000 – Secretaria de Transportes | 07.011 – Departamento de Transporte Metropolitano |
| | 07.014 – Departamento de Transporte Fluvial |
- Considere ainda que as unidades orçamentárias são também unidades gestoras.
- De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, na descentralização de créditos orçamentários da unidade orçamentária 07.011 para a unidade orçamentária
- (A) 07.014, a classificação institucional da unidade detentora do crédito deve ser alterada para a classificação institucional da unidade receptora do crédito.
 (B) 04.035, a classificação institucional da unidade detentora do crédito deve ser alterada para a classificação institucional da unidade receptora do crédito.
 (C) 04.035, a classificação funcional da unidade detentora do crédito deve ser mantida.
 (D) 07.014 ocorre descentralização interna, também chamada de destaque.
 (E) 07.014 ocorre descentralização interna, também chamada de cota.



40. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, no regime de adiantamento (suprimentos de fundos), a entrega de numerário a servidor
- (A) é uma despesa extraorçamentária.
 - (B) é uma despesa orçamentária, mas deve ser paga sem empenho.
 - (C) pode ser feita quando o referido servidor for responsável por outros suprimentos concomitantemente.
 - (D) deve ser precedida de empenho na dotação própria da despesa a realizar.
 - (E) deve ser feita quando o referido servidor for declarado em alcance.
-
41. De acordo com o Ementário da Classificação por Natureza de Receita, as receitas orçamentárias realizadas por um Tribunal Regional do Trabalho decorrentes de "Indenizações, Restituições e Ressarcimentos" e de "Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado" devem ser classificadas quanto à origem, respectivamente, como
- (A) Receitas Correntes e Receitas de Capital.
 - (B) Receitas Correntes e Receitas Correntes.
 - (C) Receita de Serviços e Receita Patrimonial.
 - (D) Outras Receitas Correntes e Alienações de Bens.
 - (E) Outras Receitas Correntes e Receita Patrimonial.
-
42. A Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro de 2022 de um ente público deve
- (A) apresentar os valores das cotas de receitas que o referido ente deva transferir para uma entidade pública pelo seu valor líquido.
 - (B) compreender a previsão de receita com caução a ser recebida como garantia fornecida por um contratado.
 - (C) conter todas as receitas e despesas orçamentárias de fundações instituídas e mantidas pelo referido ente público.
 - (D) dispor sobre as regras aplicáveis à avaliação dos resultados dos programas finalísticos financiados com recursos do Orçamento Fiscal.
 - (E) indicar os montantes obtidos com a alienação de bens móveis e imóveis nos exercícios financeiros de 2020 e 2021.
-
43. Em 2020, um ente público constatou a necessidade de abrir créditos orçamentários adicionais para a compra urgente de materiais em decorrência de uma pandemia imprevista. Para a abertura do referido crédito, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o ente público deve ter
- (A) indicado os recursos que seriam utilizados; sendo que o superávit apurado em Balanço Patrimonial do ano de 2019 seria uma possível fonte de recursos.
 - (B) indicado os recursos que seriam utilizados; sendo que o superávit apurado em Balanço Financeiro do ano de 2019 seria uma possível fonte de recursos.
 - (C) obtido a prévia autorização legislativa e efetuado a abertura por decreto do poder executivo do referido ente.
 - (D) efetuado a abertura por decreto do poder executivo do referido ente e dado imediato conhecimento da abertura ao poder legislativo do referido ente.
 - (E) utilizado o crédito do tipo extraorçamentário.
-
44. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o pagamento do valor principal das Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária e o pagamento de Restos a Pagar Processados são, respectivamente,
- (A) uma Despesa Orçamentária de Capital e uma Despesa Orçamentária.
 - (B) uma Despesa Orçamentária de Capital e um Dispêndio Extraorçamentário.
 - (C) uma Despesa Orçamentária Corrente e um Dispêndio Extraorçamentário.
 - (D) um Dispêndio Extraorçamentário e um Dispêndio Extraorçamentário.
 - (E) um Dispêndio Extraorçamentário e uma Despesa Orçamentária.

Administração Financeira e Orçamentária

45. Constarão do plano plurianual da União:
- (A) metas e prioridades da administração pública federal.
 - (B) diretrizes de política fiscal e respectivas metas.
 - (C) diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital.
 - (D) orçamento de investimento das estatais.
 - (E) disposições acerca de alterações na legislação tributária.



46. A seção responsável pela contabilidade recebeu autos de fase interna de licitação para contratação de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a fim de promover o competente bloqueio de recursos orçamentários. Entre os profissionais do setor, no entanto, foi objeto de dúvida qual seria a rubrica mais apropriada. As opções então ventiladas, como constam da Portaria Interministerial 163/2001 atualizada, foram as seguintes:
- 3.3.90.34.00 Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização
 - 3.3.90.37.00 Locação de mão de obra
- Sobre essas classificações, é correto afirmar que embora tenham a mesma
- (A) natureza da despesa e modalidade de aplicação, diferem quanto ao elemento da despesa, mas ambas as classificações não integram a despesa de pessoal nos termos do art. 18, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal.
 - (B) natureza da despesa e elemento da despesa, diferem quanto à modalidade de aplicação, mas ambas as classificações integram a despesa de pessoal nos termos do art. 18, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal.
 - (C) natureza da despesa e elemento da despesa, diferem quanto à modalidade de aplicação, mas ambas as classificações não integram a despesa de pessoal nos termos do art. 18, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal.
 - (D) natureza da despesa e modalidade de aplicação, diferem quanto ao elemento da despesa, sendo que apenas uma das classificações integra a despesa de pessoal nos termos do art. 18, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal.
 - (E) modalidade de aplicação e elemento da despesa, diferem quanto à natureza da despesa, sendo que apenas uma das classificações integra o conceito de despesa de pessoal nos termos do art. 18, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal.
-
47. A Lei de Responsabilidade Fiscal é profícua em instrumentos para assegurar a Transparência da Gestão Fiscal, de que é exemplo a divulgação
- (A) da prestação de contas, desde que assegurado o sigilo do parecer prévio.
 - (B) da legislação orçamentária, exceto o plano plurianual.
 - (C) em tempo real da execução das receitas, exceto as extraordinárias.
 - (D) do Relatório de Gestão Fiscal, vedada versão parcial, abreviada ou simplificada.
 - (E) em tempo real de informações sobre a execução financeira, desde que pormenorizada.
-
48. Sobre o relatório resumido da execução orçamentária, considerando o que consta da Lei de Responsabilidade Fiscal:
- (A) Deve ser emitido individualmente por cada um dos titulares dos poderes e deve ser publicado bimestralmente.
 - (B) Não precisa ser emitido individualmente por cada um dos titulares dos poderes, mas deve ser publicado bimestralmente.
 - (C) Não precisa ser emitido individualmente por cada um dos titulares dos poderes nem ser publicado bimestralmente.
 - (D) Deve ser emitido individualmente por cada um dos titulares dos poderes, mas não precisa ser publicado bimestralmente.
 - (E) Foi introduzido e regulado pela Constituição Federal de 1988, motivo pelo qual não é objeto de preocupação da Lei de Responsabilidade Fiscal.
-
49. A Lei de Responsabilidade Fiscal introduziu o chamado Relatório de Gestão Fiscal que, entre outros conteúdos,
- (A) contém a despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas.
 - (B) contém os demonstrativos da execução das receitas, por categoria econômica e fonte.
 - (C) contém a despesa total com pessoal, excluindo-se inativos e pensionistas.
 - (D) contém o demonstrativo agregado da execução da receita, sem distinção de sua categoria econômica ou fonte.
 - (E) contém o anexo de Metas Fiscais, em valores correntes e constantes.

Direito Administrativo e de Administração Pública

50. Nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), é necessário expresso consentimento do titular para tratamento de dados pessoais
- (A) para exercício regular de direito em processo administrativo.
 - (B) para exercício regular de direito em processo judicial.
 - (C) para exercício regular de direito em processo arbitral.
 - (D) em qualquer caso.
 - (E) se necessário compartilhamento com outro controlador, ainda que o titular já tenha consentido com o primeiro tratamento.
-
51. A Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) foi alterada recentemente de forma que
- (A) todas as suas condutas passaram a admitir a modalidade culposa.
 - (B) ficou expressamente assentada a natureza civil da ação.
 - (C) limitou-se o prazo de afastamento do agente público do exercício de cargo, emprego ou função, se a medida for necessária para evitar iminente prática de novos ilícitos, a 180 dias.
 - (D) postergou-se o termo inicial da prescrição, cuja contagem passa a se iniciar somente com o término do mandato, cargo ou função.
 - (E) alargou-se a indisponibilidade de bens, que passa a incidir também sobre o acréscimo patrimonial decorrente de atividade lícita.



52. Constitui novidade introduzida pela “nova Lei de Licitações” em relação às leis precedentes:
- (A) a fase única para recursos.
 - (B) a inversão das fases de classificação e habilitação.
 - (C) a possibilidade de orçamento sigiloso.
 - (D) o estudo técnico preliminar.
 - (E) o critério de julgamento do maior retorno econômico.
-
53. Em razão de um mesmo vínculo, o empregado ou servidor público pode ser contribuinte
- (A) apenas do regime geral de previdência social, desde que se desligue do regime complementar.
 - (B) do regime próprio ou do regime geral de previdência social, possivelmente cumulados, em ambos os casos, do regime complementar.
 - (C) dos regimes próprio, geral e complementar de previdência social, concomitante e necessariamente.
 - (D) apenas do regime próprio de previdência social, desde que se desligue do regime complementar.
 - (E) do regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social, cabendo ao segurado optar.
-
54. São formas em que simultaneamente ocorre vacância e provimento de cargo público:
- (A) promoção e readaptação.
 - (B) reversão e readaptação.
 - (C) promoção e exoneração.
 - (D) somente a posse em outro cargo inacumulável.
 - (E) demissão e aposentadoria.

Contabilidade Geral

55. Considere hipoteticamente que a empresa TopaTudo atua no ramo de entregas expressas de pequenos volumes. Abaixo, são apresentados o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício da empresa.

Balanço patrimonial (em milhares de R\$)

Empresa TopaTudo

Ativo			Passivo e Patrimônio Líquido		
	31/01/20X5	31/12/20X5		31/01/20X5	31/12/20X5
<u>Ativo circulante</u>			<u>Passivo circulante</u>		
Caixa	3.200	11.950	Fornecedores a pagar	6.000	14.000
Contas a receber	6.800	16.000	Receitas antecipadas	4.000	6.000
Estoques	8.000	20.000	Imposto de renda a pagar	–	2.000
Despesas antecipadas	4.000	10.000	<u>Passivo não circulante</u>		
			Empréstimos a pagar	16.000	20.000
<u>Ativo não circulante</u>			<u>Patrimônio líquido</u>		
Veículos	64.000	116.000	Capital social	48.000	76.000
(–) Depreciação acumulada	(8.000)	(32.000)	Reserva de lucros	4.000	23.950
Total do ativo	78.000	141.950	Total do passivo e patrimônio líquido	78.000	141.950

**Demonstração do resultado do exercício
(período: janeiro a dezembro de 20X5, em milhares de R\$)**

Empresa TopaTudo

Receita líquida	240.000
(–) Custo do serviço prestado	<u>(72.000)</u>
Lucro bruto	168.000
(–) Despesas operacionais	
Administrativas	(62.000)
De vendas	(60.000)
Depreciação	<u>(24.000)</u>
Lucro antes do imposto de renda	22.000
(–) Imposto de renda	<u>(2.000)</u>
Lucro líquido	20.000

De acordo com essas instruções e seguindo as Normas Brasileiras de Contabilidade, o valor do fluxo de caixa das atividades operacionais da empresa é, em reais, de:

- (A) 60.650,00
- (B) 59.200,00
- (C) 28.800,00
- (D) 8.750,00
- (E) 4.800,00



56. A empresa Investidora tem investimentos em quatro empresas: **A**, **B**, **C** e **D**. A Investidora tem participação de 25% e 30% no capital votante das empresas **A** e **C**. Já na empresa **B**, a Investidora tem 100% do capital votante. O investimento da empresa **D** representa 5% do capital votante, não havendo evidência de influência significativa ou controle.

Em 31/12/20X1, a Investidora recebeu os seguintes saldos dos Balanços Patrimoniais de suas investidas:

Valores em 31/12/20X1	A	B	C	D
Ativo	R\$ 50.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 45.500,00	R\$ 8.000,00
Passivo	R\$ 20.700,00	R\$ 15.000,00	R\$ 36.800,00	R\$ 6.500,00
Patrimônio líquido	R\$ 29.300,00	R\$ 55.000,00	R\$ 8.700,00	R\$ 1.500,00
Resultado do exercício	R\$ 2.500,00	R\$ 10.000,00	R\$ 4.500,00	-R\$ 600,00
Dividendos a pagar (ref. ao resultado de X1, a ser pago em 01/20X2)	R\$ 700,00	R\$ 5.000,00	R\$ 1.800,00	-

Todos os investimentos foram adquiridos em 01/01/20X1 pelos valores de:

A	R\$ 6.875,00
B	R\$ 50.000,00
C	R\$ 1.800,00
D	R\$ 75,00

Durante o ano 20X1, não houve mudança de participação acionária e nem evidência de perda de valor significativo no valor justo desses investimentos.

Seguindo o CPC 18 (R2) e a legislação societária brasileira, o saldo dos investimentos em **A**, **B**, **C** e **D** em 31/12/20X1 no Balanço Patrimonial individual da Investidora é, respectivamente, de:

- (A) R\$ 7.325,00; R\$ 55.000,00; R\$ 2.610,00; R\$ 75,00.
 (B) R\$ 625,00; R\$ 10.000,00; R\$ 1.350,00; (R\$ 30,00).
 (C) R\$ 450,00; R\$ 5.000,00; R\$ 810,00; (R\$ 30,00).
 (D) R\$ 6.875,00; R\$ 50.000,00; R\$ 1.800,00; R\$ 75,00.
 (E) R\$ 6.875,00; R\$ 55.000,00; R\$ 1.800,00; R\$ 75,00.

57. Durante a primeira quinzena do mês de setembro do ano 20X9, as seguintes transações aconteceram no supermercado ABC:

- I. 02/09: Vendas feitas no caixa do supermercado no valor de R\$ 15.000,00. Os clientes pagaram 40% desse valor a vista, e o restante será recebido apenas em 01/10.
 II. 04/09: Perdas nos estoques devido a um incêndio no almoxarifado da empresa. Estima-se que o valor da perda é de R\$ 2.500,00.
 III. 08/09: Venda de veículo de uso da empresa totalizando R\$ 20.000,00 (a vista). O valor contábil do imobilizado líquido de depreciação e perdas por *impairment* acumuladas era R\$ 8.000,00.
 IV. 10/09: Estima-se que a ABC não irá receber 1% do saldo de contas a receber referentes às vendas a prazo de 02/09, visto que um dos clientes declarou falência.
 V. 15/09: A empresa recebeu uma intimação de processo trabalhista. Os advogados da empresa estimam que a obrigação tem risco possível, com uma estimativa de desembolso de R\$ 30.000,00.

As transações que afetam o resultado do exercício da empresa são as que constam nos itens

- (A) I, II, III, IV e V.
 (B) I, II, III e IV, apenas.
 (C) II, III e V, apenas.
 (D) I, IV e V, apenas.
 (E) I e IV, apenas.



58. A empresa TempoBom vende guarda-chuvas. A referida empresa iniciou as atividades em 01/01/20X2 e apresentou as compras de seus estoques ao longo do primeiro semestre de operações, conforme a tabela abaixo.

Datas das compras de estoque	Quantidade	Custo por unidade	Custo total
01/01/20X2	600	\$ 24,00	\$ 14.400,00
15/03/20X2	500	\$ 22,00	\$ 11.000,00
12/06/20X2	400	\$ 20,00	\$ 8.000,00
Total do 1º semestre de 20X2	1.500		\$ 33.400,00

Considere que a TempoBom tenha optado pelo sistema de controle de estoques como o "Primeiro que entra, primeiro que sai" (PEPS), e que a empresa vendeu 1.000 produtos até 30/06/20x2.

O valor do Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) da TempoBom para o primeiro semestre de 20X2 é de

- (A) \$ 22.266,67
- (B) \$ 33.400,00
- (C) \$ 21.400,00
- (D) \$ 23.200,00
- (E) \$ 10.200,00
-
59. A Estrutura conceitual para relatório financeiro (R2) relativa às normas internacionais de contabilidade aplicadas no Brasil ("CPC 00") descreve as características qualitativas de informações financeiras úteis contidas nas demonstrações contábeis.

Referente a essas características, é correto afirmar:

- (A) Características fundamentais são comparabilidade e tempestividade.
- (B) Características de melhoria incluem relevância e representação fidedigna.
- (C) A capacidade de verificação refere-se às informações que permitam aos usuários identificar e compreender similaridades e diferenças entre itens de entidades diferentes.
- (D) Classificar, caracterizar e apresentar informações de modo claro e conciso está relacionado diretamente ao conceito de informação relevante.
- (E) Para que haja representação fidedigna de fenômeno econômico, a representação precisa ser, o máximo possível, completa, neutra e isenta de erros.

-
60. Considerando a conta de "Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa" (PECLD) segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade, considere:
- I. Tem natureza devedora dentro do Balanço Patrimonial Ativo.
- II. É uma conta de ajuste na expectativa de recebimento de "Contas a receber" no Balanço Patrimonial Ativo.
- III. Quando há saldo de PECLD registrado em Balanço Patrimonial, a baixa de créditos considerados como incobráveis geram um débito em despesa do exercício contra um crédito em PECLD.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.



PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado [...] Capítulo 10. [...] 10.4 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 10.5 A Prova Discursiva-Redação tem o objetivo de avaliar a proficiência em Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, considerando a capacidade de compreender e expor argumentos com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade a respeito do tema e com base nos textos de apoio propostos, avaliando inclusive a correção gramatical, segundo os critérios definidos nos itens 10.6 a 10.11. 10.6 Considerando que o texto constitui uma unidade, os itens discriminados a seguir serão avaliados em estreita correlação, do que não decorre proporcionalidade na atribuição dos pontos para cada um deles: 10.6.1 **Conteúdo – até 40 (quarenta) pontos:** a) perspectiva adotada no tratamento do tema; b) capacidade de análise e senso crítico em relação ao tema proposto; c) consistência dos argumentos, clareza e coerência no seu encadeamento. 10.6.1.1 A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentados na prova. 10.6.2 **Estrutura – até 30 (trinta) pontos:** a) respeito ao gênero solicitado; b) progressão textual e encadeamento de ideias; c) articulação de frases e parágrafos (coesão textual). 10.6.3 **Expressão – até 30 (trinta) pontos:** 10.6.3.1 A avaliação da expressão não será feita de modo estanque ou mecânico, mas sim de acordo com sua estreita correlação com o conteúdo desenvolvido. 10.6.3.2 A avaliação será feita considerando-se: a) desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido; b) adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso; c) domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos, elementos coesivos; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação. 10.7 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Redação a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto Federal nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.8 Será atribuída nota **ZERO** à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos no item 10.6. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 10.9 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.10 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.11 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos.

A discussão da redução da jornada de trabalho, desde o advento do capitalismo, configura-se como um ponto de partida decisivo, ancorado no universo da vida cotidiana, para, por um lado, permitir uma reflexão fundamental sobre o autocontrole sobre o tempo de trabalho e o tempo de vida (o chamado “tempo livre”), e, por outro, possibilitar o afloramento de uma vida dotada de sentido fora do trabalho. Convém, contudo, fazer um esclarecimento: a redução da jornada de trabalho não implica necessariamente a redução do tempo de trabalho.

Uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho.

Uma vida cheia de sentido em todas as esferas do ser social somente poderá efetivar-se através da demolição das barreiras existentes entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho, de modo que, a partir de uma atividade vital cheia de sentido, sob bases inteiramente novas, possa se desenvolver uma nova sociabilidade.

(ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**, edição digital)

Ancorado nas ideias expostas acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre a importância da relação entre “tempo de trabalho” e “tempo livre” na vida do indivíduo contemporâneo.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	



12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO